



Nos últimos 20 anos foi evidente a modernização do País como um todo. A agricultura, setor integrante e importante da economia brasileira, não ficou à parte. As condições muitas vezes singulares da agricultura nacional exigiram que tecnologias fossem geradas ou adaptadas. Inseridas em um universo agrário distorcido, estas tecnologias colheram sucessos e fracassos. Assim, o progresso econômico do setor agrícola nem sempre se traduziu em avanços sociais.

Boa parte da evolução da agricultura nacional se deve a ações de pesquisa e extensão. A pesquisa agrícola brasileira teve início em focos isolados: institutos e universidades. A extensão rural também se desenvolveu de maneira semelhante, na figura de seus escritórios de assistência técnica. Desta forma, apenas produtores localizados próximos a centros de pesquisa ou de extensão eram assistidos com frequência.

Com a ampliação, a nível nacional, dos sistemas de pesquisa e de extensão rural, esperava-se que ambos percorressem linhas convergentes e abrangentes. Mas não foi isto que aconteceu. A divergência resultou na formação de quadros técnicos bastante diversos na extensão e na pesquisa reduzindo a intensidade da interação entre as partes e, de certa forma, polarizando prática e teoria. Exceções existiam e ainda existem em ambos os lados.

A adoção de novas tecnologias pelo produtor, início e fim de qualquer ação de pesquisa e extensão, merece uma consideração em separado. Qualquer nova técnica proposta supõe, em princípio, aumentos de qualidade e/ou de ganho. No entanto, é importante lembrar que o produtor brasileiro muitas vezes não

conta com apoio infra-estrutural: os insumos que, por ventura, sejam necessários à adoção de novos métodos, têm preços elevados ou não estão disponíveis; existem problemas de transporte e armazenamento da produção; e, no caso específico de hortaliças, há o problema da perecibilidade do produto final que quase sempre leva a uma comercialização instantânea a preços instáveis. Em outros casos, os novos métodos colocados à disposição dos produtores exigem um nível de tecnificação superior àquele praticado. Há, ainda, ocasiões em que as técnicas geradas não tem finalidade ou aplicação prática na produção, mas são de apoio à própria pesquisa. Deve ser lembrada, também, uma certa tradição conservadora dos produtores brasileiros, um pouco avessos à "novidades" e modificação de hábitos. A tudo isto, somam-se os problemas de comunicação entre pesquisa e extensão e entre extensão e produtores, o que pode distanciar a pesquisa da realidade agrícola, incapacitando os extensionistas a adequar as novas técnicas às condições em que trabalham e isolando os produtores. Em outras palavras, existe um bloqueio no fluxo da tecnologia, fazendo com que esta não atinja o campo ou que chegue, por assim dizer, em retardado.

Outro aspecto interessante a ser considerado é a grande diferença entre os volumes de tecnologia gerado e difundido. Deveriam os pesquisadores tornar-se mais acessíveis ou os extensionistas mais participantes?

Observando-se então, o quadro atual da agricultura brasileira, onde convivem amplos projetos agrícolas e agricultura de subsistência, recordes e redução de produtividade, se verifica que quando a tecnologia gerada foi difundida e colocada em prática, foi, também, capaz de adaptar espécies ao cultivo no País ou em novas áreas (como o plantio irrigado de couve em Barreiras-BA, que ilustra nossa capa), de conquistar ainda outras áreas para a agricultura, de aumentar o volume e a qualidade da produção, de reduzir importações e aumentar exportações. Teríamos atingido tal ponto sem uma integração eficiente entre pesquisa e extensão? Mas ainda persistem, por todo o País, agricultores de baixa renda, cuja qualidade de vida tem caído progressivamente. Estes, também fazem parte do segmento produtivo da Nação.

O progresso do País é consequência e não causa do bem-estar do seu povo.

(Paulo E. Melo).

Horticultura Brasileira, v. 1, n. 1, 1983 — Brasília,
Sociedade de Olericultura do Brasil, 1983 —

Semestral

Títulos anteriores: v.1-3, 1961-1963, Olericultura.
v.4-18, 1964-1981, Revista de Olericultura.

Não foram publicados os v.5, 1965; v.7-9, 1967-1969.

Periodicidade até 1981: Anual.

1. Horticultura — Periódicos. 2. Olericultura — Periódicos. I. Sociedade de Olericultura do Brasil.

CDD 635.05

Programa de apoio a publicações científicas

